



Deputado Mendes Ribeiro Filho (E) anuncia os nomes de Delcidio e Serys nas relatorias

Delcidio Amaral é o relator do Orçamento; Serys, da LDO

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho, designou ontem o senador Delcidio Amaral relator-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a senadora Serys Slhessarenko relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) de 2009. “Vamos construir uma peça orçamentária que não seja de ficção, mas uma peça a ser seguida”, disse Delcidio. Serys ressaltou que, apesar da exigüidade do tempo, a comissão terá condições de preparar um “bom relatório” até 11 de julho. **Página 5**

Dados de usuários do Orkut já chegaram à CPI da Pedofilia

O diretor de Comunicações do Google, Félix Ximenes, entregou ontem ao presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta, dados reservados de 3.261 usuários do Orkut suspeitos de armazenar material pedófilo. **Página 8**



Entre Tuma (E) e Demostenes, Magno Malta recebe as informações de Félix Ximenes

CCJ aprova a instalação de creche em presídio

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça prevê a instalação de berçário e creche em presídio feminino. A decisão final será do Plenário. **Página 7**

General Heleno pode ser ouvido sobre índios

Subcomissão da Amazônia aprovou ontem convite ao comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, para falar sobre política indigenista. **Página 4**

Novo presidente do STF critica modelo de edição de MPs

O ministro Gilmar Mendes tomou posse na Presidência do STF. Ele criticou o atual modelo de edição de medidas provisórias. **Página 3**



Entre Luiz Inácio Lula da Silva (E) e Garibaldi Alves, o ministro Gilmar Mendes discursa durante posse na Presidência do STF

Senadores debaterão com ministros a alta dos alimentos

A Subcomissão dos Biocombustíveis convidará os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Agricultura para discutir as acusações da União Européia de que os biocombustíveis reduzem a produção e aumentam o preço dos alimentos. Para senadores, a alta resulta do aumento da demanda na China e África. **Página 6**

Agripino apresenta requerimento para comissão ter acesso a dados bancários e fiscais de Alexandre Lima, que em depoimento ontem negou acusações a ele dirigidas

CPI pode quebrar sigilos de diretor da Editora UnB

Os senadores não se convenceram com a defesa do diretor da Editora Universidade de Brasília (UnB), Alexandre Lima, apresentada ontem em depoimento na CPI das ONGs. Insatisfeito com as explicações, José Agripino (DEM-RN) pediu a quebra de sigilo bancário e fiscal de Lima, mas, por falta de quórum, a comissão não pôde deliberar sobre requerimentos na reunião.

Agripino leu *e-mail* no qual supostamente uma funcionária da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsauúde) afirma que taxa de 7,5% do total de recursos deveria ser depositada em uma conta bancária que só seria movimentada pelo diretor. Lima negou ter aberto contas ou recebido percentuais e disse que,

se houve negociação nesse sentido, é responsabilidade dos servidores envolvidos na troca de *e-mails*.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou que o Ministério Público (MP) encontrou indícios de recebimento indevido de recursos pelo diretor, pois seu patrimônio teria aumentado “sete vezes em um ano”. O senador disse ainda que Lima seria responsável pelo

repasso de recursos para ONGs “dirigidas por petistas”.

Alvaro afirmou que havia uma relação de “promiscuidade profunda” envolvendo interesses familiares de Lima e pagamentos feitos com recursos públicos.

A CPI acolheu requerimento pedindo cópias de auditorias do Tribunal de Contas da União e do MP sobre a atuação da editora.



Raimundo Colombo (C) e Inácio Arruda acompanham depoimento de Alexandre Lima (E)

Alexandre Lima diz que não participou de compras

O diretor da Editora Universidade de Brasília, Alexandre Lima, refutou, no depoimento na CPI das ONGs, acusações de que a editora teria gastado cerca de R\$ 370 mil em recepções, decorações e viagens para eventos em 2007. Respondendo ao relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), ele garantiu que apenas recebia as demandas da reitoria e repassava os pedidos à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsauúde), que pagava as contas.

Os recursos supostamente des-

viados seriam, de acordo com denúncias do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público, oriundos de convênio com a Funsauúde para executar projetos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Lima foi gestor de três convênios entre essas instituições e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), no valor total de R\$ 64 milhões.

Prestação de contas

O diretor contou que, em 2004, a UnB foi convidada a participar de um convênio com a Funasa, diante da desistência de outras entidades que administravam a

saúde indígena. Assegurou que o trabalho era supervisionado pela parte técnica da universidade e as prestações de conta eram feitas ao Conselho Indígena de Saúde da Funasa.

Lima garantiu que a maior parte dos recursos recebidos pela editora era gasta na publicação de livros, mas que 2% do total ficavam retidos pela UnB como fundo de apoio institucional. Disse que sobre esses recursos a “editora não tem nenhum controle”. “Eu apenas ordenava as despesas, não tive participação em nenhuma das compras”, afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Associação Brasileira de Imprensa faz 100 anos

Às 10h, o Plenário realiza sessão especial em homenagem ao centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Às 14h, a sessão é deliberativa. Duas medidas provisórias que abrem créditos ao governo trancam a pauta.

Presidência

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebe em seu gabinete, às 17h30, visita da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Presidente da CMO reúne-se com bancadas estaduais

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho, tem encontro às 10h com os coordenadores de

bancadas estaduais no Congresso para discutir o início de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009.

CCT vota concessões para emissoras de radiodifusão

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne, às 8h45, para a votação de 17 projetos

de decreto legislativo que tratam de outorga ou renovação de concessões e permissões para funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Guia do Eleitor

O livro *Guia do Eleitor Cidadão – Eleições 2008* será lançado às 11h pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaborado por técnicos do Senado e do TSE, o guia traz orientações sobre as eleições municipais de outubro.

Projeto da Sudeco

O projeto que institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) será analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 11h, em reunião com o diretor do Ministério da Integração Nacional Christian Schneider.

Audiência na CDH sobre trabalhadoras domésticas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência sobre o Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Entre os



convidados estão os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Educação, Fernando Haddad; da Previdência Social, Luiz Marinho;

e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Após a reunião, a Subcomissão do Idoso, que funciona no âmbito da CDH, reúne-se

para fixar o cronograma das comemorações da semana do idoso. Também será analisado o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes, Alvaro Dias, Augusto Botelho, Mão Santa e Eduardo Suplicy



Entre Dr. Rosinha (E) e Cristovam (D), Mercadante quer consenso em torno do candidato

Representação Brasileira no Mercosul busca um presidente

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul decidiu ontem adiar para a próxima segunda-feira, em Montevideu, a eleição de seu novo presidente. A proposta de adiamento partiu de Aloizio Mercadante (PT-SP), que defendeu a necessidade de consenso em torno de um nome para a presidência e de um plano de trabalho para a comissão.

A eleição ficou marcada para as 8h30 de segunda, pouco antes da 9ª Reunião Plenária Ordinária do Parlamento do Mercosul.

– Não será bom fazermos essa escolha aqui hoje [ontem]. Mesmo porque há muitos senadores ausentes. Até lá, teremos tempo de conversar e chegar a uma pro-

posta de trabalho, muito mais que a um nome, porque há grandes desafios nos aguardando – observou Mercadante, que foi indicado como candidato por alguns parlamentares presentes.

O senador salientou que não se sentia em condições de disputar a eleição com Inácio Arruda (PCdoB-CE), candidato auto-indicado.

Arruda declarou não querer uma disputa com Mercadante, mas rejeitou a idéia de que o escolhido deveria ser julgado por critérios como “envergadura”. Ele disse considerar a escolha como uma disputa política usual, a exemplo das que têm lugar nas comissões do Congresso.

ILB lança guia que orienta o voto consciente nas eleições municipais

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) lança hoje, às 11h, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o *Guia do Eleitor Cidadão – Eleições 2008*. O livro pretende esclarecer o eleitor, especialmente do interior do país, a respeito das regras e da importância das eleições municipais marcadas para outubro deste ano.

Com ilustrações, textos simples e linguagem clara, o guia define o papel dos prefeitos e vereadores, além da responsabilidade de cada um na administração e na aplicação dos recursos do município. O

Guia do Eleitor Cidadão explica ainda como funcionam as coligações, convenções e filiações. Esclarece o tema da fidelidade partidária e indica o que é permitido e o que é proibido na propaganda eleitoral.

O livro aborda o processo antes, durante e depois das eleições. Orienta o eleitor para o exercício do voto consciente nas próximas eleições, traz dicas para a escolha de bons candidatos e aponta os cuidados que o eleitor deve ter para não se deixar enganar por falsas promessas.

“Quando não é o governo, é a oposição”, desabafa o presidente do Senado a respeito das dificuldades em votar matérias importantes na Casa

Garibaldi: MPs e falta de acordo prejudicam trabalho legislativo

O excesso de medidas provisórias, de um lado, e a falta de entendimento entre os líderes, de outro, tem dificultado o andamento dos trabalhos legislativos, na avaliação do presidente do Senado, Garibaldi Alves.

– Quando não é o governo, é a oposição. Não podemos também ficar só culpando as medidas provisórias, porque a oposição também está numa disposição muito firme de obstruir. Isso é legítimo, mas, às vezes, se obstrui tudo e não se vota nada – afirmou.

Garibaldi observou que a Casa tem vários projetos relevantes aguardando votação e que essas deliberações não podem acontecer a “conta-gotas” em razão

da prioridade concedida às medidas provisórias. Ele disse que o Plenário está praticamente em dia com a votação de mensagens de indicação de autoridades para exercer cargos públicos, mas ressaltou que isso não é o mais relevante.

– Tudo bem que estamos quase em dia com a votação de autoridades. É muito importante que se vote [a indicação de] autoridades, mas a maior autoridade mesmo é o povo que nos mandou para cá e que está esperando outra pauta de votação.

Violência

Questionado sobre a crescente violência praticada contra crianças, o presidente do Senado

respondeu que o problema requer um levantamento mais acurado, porque, a cada dia, é mais grave e preocupante. Na opinião dele, a violência disseminou-se, e a grande questão é estudar o que está levando a tantos crimes contra crianças.

– Isso precisa ser estudado e o Congresso não deve ficar omissivo.

Dilma

Quanto à pauta para a audiência com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, no próximo dia 30, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Garibaldi disse esperar que ela aborde, além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a questão dos cartões corporativos.

Gilmar Mendes quer racionalidade no uso de medidas

O modelo de edição de medidas provisórias prejudica a democracia, por impedir o Congresso de exercer suas atribuições, afirmou ontem o ministro Gilmar Mendes ao tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mendes defendeu um modelo de aplicação das medidas provisórias que possibilite o uso racional desse instrumento, viabilizando, assim, tanto a condução ágil e eficiente dos governos quanto a atuação independente dos legisladores.

Quanto às relações do Judiciário com os demais Poderes, o novo presidente do Supremo disse que não é correto falar em “judicialização da política”.

– Não há judicialização da política, pelo menos no sentido pejorativo do termo, quando as questões políticas estão configuradas como verdadeiras questões



Três ex-presidentes da República na posse de Gilmar: Fernando Henrique, Collor e Sarney

de direito. Essa Corte tem a real dimensão de que não lhe cabe substituir o legislador, muito menos restringir o exercício da atividade política – disse.

Gilmar Mendes recebeu a presidência do Supremo da ministra Ellen Gracie, que conduziu a corte nos últimos dois anos. Também foi empossado o minis-

tro Cezar Peluso, que assumiu a vice-presidência. A solenidade reuniu o presidente Lula e ex-presidentes, como Fernando Henrique Cardoso e os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e José Sarney (PMDB-AP), além dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Wellington Salgado relata viagem a feira de radiodifusão e multimídia

Wellington Salgado (PMDB-MG) fez ontem um relato a respeito da feira de equipamentos eletrônicos para TV, rádio e estúdios de música, a NAB Show 2008, evento da National Association of Broadcasters (NAB), ocorrida na cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, de 14 a 19 de abril. Salgado representou o Senado e, especialmente, os

membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT), colegiado que preside.

– A NAB Show é, sem dúvida, o maior evento mundial do setor de radiodifusão e multimídia. Por isso, atrai profissionais e empresários do setor de mais de uma centena de países – frisou.

Além de se conhecerem novi-

dades para o setor, discutiram-se na feira temas como o processo de implantação do rádio digital, as questões relativas à implantação da TV digital e o barateamento do custo do receptor. Neste ano, os radiodifusores brasileiros inauguraram um pequeno pavilhão, onde 16 empresas montaram seus *stands*, para demonstrar o sistema de

TV digital brasileiro e mostrar os equipamentos já desenvolvidos pela indústria nacional.

– Lá, encontramos empresas como as de Santa Rita do Sapucaí, o Vale do Silício mineiro, que demonstraram as soluções para a TV digital. Nossos empresários e pesquisadores estão aperfeiçoando os nossos produtos para competir com os importados.



Avanços das empresas brasileiras são destacados por Wellington Salgado

Presidentes da Funai e do Ibama e procurador da República em Rondônia também devem comparecer a audiência pública da subcomissão temporária que acompanha a crise ambiental na Amazônia



Com apoio de Flexa Ribeiro, Expedito (foto à esq.) propõe requerimento que, contestado por Sibá (à direita), tem apoio de Jayme e Goellner

General Heleno será convidado para debater política indigenista

O comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, será convidado a comparecer a subcomissão temporária do Senado a fim de discutir a política indigenista do Brasil e a defesa da Amazônia. O convite será feito por intermédio do ministro da Defesa, Nelson Jobim, conforme requerimento aprovado ontem na subcomissão criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para acompanhar a crise ambiental da Amazônia.

Também serão convidados para o debate o presidente da Fundação

Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira; o procurador da República em Rondônia Reginaldo Trindade; e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Bazileu Alves Margarido Neto.

A proposta da audiência pública é do senador Expedito Júnior (PR-RO). O nome do procurador Reginaldo Trindade foi acrescentado por sugestão do presidente da subcomissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para que seja discutida matéria publicada na revista *Veja* sobre exploração de madeira em reserva indígena de Rondônia. A razão do convite ao presidente

do Ibama é a mesma.

Contrário à audiência, Sibá Machado (PT-AC) argumentou que a subcomissão foi criada para discutir a Operação Arco de Fogo e não a política indigenista ou o roubo de recursos de reservas. Sibá disse que o general já foi convidado para expressar sua posição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Por sua vez, Jayme Campos (DEM-MT) e Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmaram que a política indigenista e a exploração de madeira em reservas indígenas constituem assuntos da subcomissão.

Subcomissão quer exploração correta, afirma Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro afirmou da tribuna que a subcomissão que acompanha a crise ambiental na Amazônia não defende a devastação, mas sim a exploração ecologicamente correta das riquezas da região.

– O objetivo da comissão é acompanhar a ação do Ministério Público e do Ministério do Meio Ambiente; é avaliar como a Operação Arco de Fogo faz sua fiscalização, e propor ações para que as dezenas de milhares de pessoas impossibilitadas de trabalhar possam ter de volta, com a legalização da extração madeireira, seus postos de trabalho.

Invasões

O senador voltou a criticar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará, a exemplo das invasões de propriedades da Vale do Rio Doce.

– O estado de direito está sendo rompido e esquecido pelas autoridades que têm de garanti-lo à sociedade brasileira.

Mário Couto: setor madeireiro é maior empregador no Pará



Mário Couto diz que não há defesa de grileiros

afetando a economia da região. De acordo com o senador, existem grupos que tentam “desvirtuar essa tarefa, que é muito clara”.

– O setor madeireiro é o segundo maior exportador do Pará e o primeiro maior empregador. A preocupação é que os estados não sejam prejudicados. Não tem nada de defender grileiros, derrubadores de floresta e desmatamento, porque ninguém é louco de fazer isso – frisou o representante paraense.

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou no Plenário que a real intenção da subcomissão temporária é verificar como os problemas enfrentados pelos madeireiros estão

Nery cobra explicações de militares sobre ameaça a Lula

As declarações contrárias à ordem do presidente Lula de expulsar os arroteiros da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, feitas pelo general do Exército Augusto Heleno Pereira, comandante militar da Amazônia, e pelo presidente do Clube da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Ivan Frota, causaram indignação em José Nery (PSOL-PA).

O senador disse que a reserva, já demarcada e homologada, é constitucional, e pediu explicações sobre as declarações dos militares, que, segundo ele, podem ser entendidas como “uma ameaça de golpe à democracia”.

De acordo com Nery, o general Heleno criticou a



Nery lembra que reserva indígena já foi demarcada e homologada

política indigenista e foi repreendido pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim. Frota, então, emitiu nota dizendo que, caso o presidente Lula “se atreva” a impedir manifestações de Heleno, “o país conhecerá o maior movimento de solidariedade militar dos tempos modernos”.

Casagrande apóia Operação Arco de Fogo

Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou apoio à Operação Arco de Fogo, empreendida pela Polícia Federal, pelo Ibama e pela Força Nacional de Segurança para combater a extração e a venda clandestina de madeira na Amazônia Legal.

Citando dados de monitoramento da região, que revelaram uma extensão de desmatamento estimada em 11 mil quilômetros quadrados, o senador considerou como principais causas



Para Casagrande, é preciso combater madeiras ilegais

do desmatamento a ação das madeiras, a atividade pecuária extensiva e o cultivo da soja.

– As autoridades federais, estaduais e municipais da região estão diante do desafio de erradicar tais ações, que, geralmente, são comandadas por madeireiros inescrupulosos – disse.

Jayme Campos se defende de acusação de crime ambiental

O senador Jayme Campos (DEM-MT) afirmou estar sendo vítima de ações que visam constrangê-lo por ter se posicionado contra “a ação truculenta” adotada no norte de Mato Grosso pelo Ibama. Para o senador, o órgão autuou uma fazenda sua sem maiores explicações e até agora não respondeu à defesa apresentada por ele.

Campos assinalou que, desde que assumiu a presidência da Comissão Exter-

na de Riscos Ambientais, está sendo atacado por meio de acusações injuriosas.

O parlamentar disse ter convicção de sua inocência, mas prometeu agir “no sentido estrito da lei”, caso o Ibama entenda de forma diferente. Ele também relatou as visitas feitas pela comissão, na semana passada, a localidades afetadas pela Operação Arco de Fogo, em especial ao município de Tailândia (PA).

Para Collor, direito internacional prevê que tratado é imutável

A manutenção do Tratado de Itaipu, que rege o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná por Brasil e Paraguai e se estende até 2023, foi defendida por Fernando Collor (PTB-AL).

– Tratado é para ser preservado, esse é um dos princípios do direito internacional. É imutável, não se pode em momento algum cair na tentação de modificar uma vírgula sequer – frisou o senador.

O presidente paraguaio eleito esta semana, Fernando Lugo, questiona os termos do acordo – assinado em 1973, durante o regime militar –, acusa o Brasil de imperialismo e reivindica “um preço justo” para a compra da energia excedente pelos brasileiros. Collor demonstrou temor pela onda de instabilidade nas fronteiras da América Latina, com processos conflituosos de luta por autonomia de certas regiões. Para ele, rever o contrato é abrir um precedente que pode até “colocar em risco a integridade territorial brasileira”.

– O presidente eleito precisa entender que, da mesma forma que obedeceu ao direito canônico quando abriu mão de votos sacerdotais, também tem que seguir o direito daqui de fora, o direito internacional – disse.

“Debate sobre Itaipu poderá pôr em risco o projeto hidrelétrico”

Uma revisão do Tratado de Itaipu, na opinião de Delcídio Amaral (PT-MS), iria provocar ações dos legislativos do Brasil e do Paraguai. Segundo ele, o debate poderá levar a “explicações de difícil entendimento” e pôr em risco um dos projetos hidrelétricos mais exitosos da América do Sul e do mundo.

Delcídio disse que Itaipu “não é um negócio”, mas uma “grande obra de engenharia financeira e de relação diplomática entre dois países”. Para o senador, a usina não foi concebida sob “ótica comercial”, mas como um grande projeto de geração de energia em que o Paraguai é visto como um país irmão, levando-se em conta as assimetrias existentes entre os dois países à época da assinatura do acordo.

– O foco de Itaipu é mais amplo, a administração é competente e garante ao Paraguai a auto-suficiência energética. O Paraguai tem direito à metade da geração de Itaipu, que é hoje a usina com a maior potência instalada do mundo, que agregou



Gerardo Magaña

Collor defende manutenção do tratado e critica presidente eleito do Paraguai

Collor lembrou ainda que “paz e solidariedade” são a base sobre a qual se construiu o Mercosul, do qual fazem parte Brasil e Paraguai.

O senador criticou ainda o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores, que “começou a ceder antes mesmo de começar uma negociação”, ao declarar ser possível rever o tratado. Para ele, o valor de US\$ 45 por megawatt/hora, preço cobrado internacionalmente, é justo.

– Tenho certeza que o presidente da República se sairá muito bem desses entendimentos, que nosso tratado continuará incólume, e que alguma outra maneira o governo brasileiro encontrará para ajudar o nosso país irmão – afirmou.

uma série de tecnologias que servem hoje de referência para as demais barragens brasileiras e do mundo – afirmou.

O senador enfatizou que a discussão sobre o tratado não pode ser politizada, referindo-se à recente campanha eleitoral paraguaia. E contestou informações divulgadas pela imprensa de que o Brasil pagaria apenas US\$ 3 ao Paraguai pelo megawatt/hora da energia gerada pela usina.

– É preciso derrubar esses argumentos. Pagamos US\$ 42,5 por megawatt/hora, acrescidos de US\$ 3, pela remuneração por cessão de energia. O discurso político é equivocado e fora da realidade. Itaipu trouxe otimização energética, navegabilidade. Se existem espaços a avaliar, vamos discutir isso, mas não mexer em um tratado exitoso – defendeu, ressaltando que 95% da economia de Itaipu é consumida pelo Brasil e o restante pelo Paraguai.

Em apartes, José Agripino (DEM-RN), Renato Casagrande (PSB-ES) e Tião Viana (PT-AC) apoiaram o pronunciamento.

Ideli saúda novo presidente do Paraguai

A líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), afirmou que a eleição de Fernando Lugo como presidente do Paraguai é uma “vitalização da democracia, uma redemocratização efetiva”. A senadora observou que o resultado eleitoral encerra seis décadas de “domínio exclusivo” do chamado Partido Colorado no poder político. Além de saudar o presidente eleito, Ideli parabenizou o povo paraguaio pela escolha.

Ideli destacou declaração do presidente eleito sinalizando o início de um período em que o Paraguai será reconhecido pelas qualidades de seu povo e por seu potencial como país, e não mais pela corrupção.

Sobre as notícias de que o novo presidente deseja rever o tratado, entre Brasil e Paraguai, referente à hidrelétrica binacional de Itaipu, ela afirmou que o acordo, de abril de 1973, assegura benefícios para ambos os países, com divisão de responsabilidades e aporte de recursos. A rediscussão dos termos poderá inviabilizar o futuro do empreendimento, ponderou. A senadora garantiu que o governo Lula já concedeu benefícios ao Paraguai com o barateamento do custo da energia.

Ideli também assinalou a “situação inusitada” vivida na Colômbia, onde, segundo ela, mais de 30 parlamentares e ex-parlamentares estão presos ou foram acusados de ligação com o crime organizado, corrupção, narcotráfico ou milícias paramilitares. A situação, avaliou, pode estar contribuindo para o insucesso das negociações para libertar a ex-senadora Ingrid Betancourt, refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).d



Gerardo Magaña

Vitória de Fernando Lugo vitaliza a democracia paraguaia, diz Ideli

Senador diz que fará trabalho com equilíbrio e que CMO deverá colaborar para resgate da imagem do Congresso



Leopoldo Silva

Serys e Delcídio (C) foram designados pelo presidente da CMO, Mendes Ribeiro Filho

Delcídio Amaral vai relatar o Orçamento de 2009 e Serys, a LDO

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), designou ontem o senador Delcídio Amaral (PT-MS) como relator-geral do projeto da Lei Orçamentária para 2009. Na mesma reunião, destacou a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) para relatar a proposta da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano.

Após a reunião, Delcídio falou sobre a orientação que deverá imprimir ao seu trabalho na CMO. Ele também observou a necessidade de se retirar o rótulo de corrupção associado ao colegiado pela opinião pública.

– O Orçamento é a principal peça que o Congresso vota. É uma espécie de bússola para o país no

ano subsequente, no caso 2009. Por isso, vou procurar desenvolver meu trabalho sempre com equilíbrio, com espírito público, procurando honrar o Congresso Nacional. E talvez, na CMO, venhamos a colaborar bastante para esse resgate da imagem do Congresso.

Por sua vez, Serys expressou sua convicção de que, mesmo com a exiguidade do tempo, a comissão terá condições de preparar um bom relatório para a LDO até 11 de julho. Conforme cronograma apresentado pela senadora e aprovado na CMO, deverão ser realizadas audiências públicas em vários estados até o fim de maio, para a coleta de sugestões da população passíveis de serem incorporadas ao texto final.

Roseana é relatora de projetos que repõem verbas de emendas vetadas

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) foi indicada pelo presidente da CMO, Mendes Ribeiro Filho, como relatora de dois projetos que abrem créditos suplementar e especial a diversos ministérios. As proposições devem garantir a execução de emendas parlamentares prejudicadas por vetos presidenciais a dois programas incluídos no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 pelo Congresso Nacional.

Sem as alterações previstas nos projetos, emendas individuais e de bancadas com valor estimado de R\$ 2,1 bilhões ficariam prejudicadas. As propostas (PLNs 02 e 03/08), encaminhadas ao Congresso na terça-feira, resultaram

de negociações envolvendo o presidente da CMO, a senadora Roseana Sarney – líder do governo no Congresso e membro suplente da comissão – e o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

– É importante dizer que as emendas – palavra que lamentavelmente ganhou sentido pejorativo – destinavam dinheiro público para importantes ações no interior do país. Sustar a aplicação desses recursos iria prejudicar a sociedade – ponderou o presidente da comissão.

A expectativa do deputado é que os relatórios de Roseana Sarney sejam votados pela CMO na próxima terça-feira.



Senador critica proposta de terceiro mandato para Lula

Mão Santa está preocupado com ameaça totalitária

Mão Santa (PMDB-PI) alertou para as vertentes absolutistas que ameaçam a América Latina. Ele citou Cuba, onde Fidel Castro governou por 50 anos e passou o cargo para seu irmão, Raul Castro; a Venezuela, de Hugo Chávez; o Equador, de Rafael Correa; a Bolívia, de Hugo Morales; a Nicarágua, de Daniel Ortega; e, agora, o Paraguai, de Fernando Lugo.

— São todos naquela volta do absolutismo dos reis, dos Mussolini e dos Hitler — afirmou o parlamentar.

Mão Santa recordou que Correa cassou 19 deputados, dos quais dez foram à Justiça, receberam uma liminar para voltar e foram presos. Os outros fugiram para a Colômbia.

O senador criticou o vice-presidente José Alencar por ter defendido um terceiro mandato para o presidente Lula. Mão Santa também censurou as críticas feitas por Lula ao Judiciário.

O discurso foi bastante apartado. Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o paralelo feito por Mão Santa, enquanto os senadores pelo PSDB Tasso Jereissati (CE), Papaléo Paes (AP) e Mário Souto (PA) denunciaram o totalitarismo e reconheceram que há tendências nesse sentido em países vizinhos.

Relação entre aumento de preços de alimentos e maior produção de biocombustíveis, feita por europeus, causa reação de senadores, que querem que Brasil dê uma resposta à altura

Quatro ministros serão convidados para discutir biocombustíveis

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, vinculada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), decidiu, por sugestão do seu presidente, senador João Tenório (PSDB-AL), realizar debate sobre os ataques feitos pela União Européia aos biocombustíveis. Os críticos afirmam que o uso de terras para produzir biocombustíveis reduz a produção e aumenta os preços dos alimentos.

Para debater o assunto, serão convidados os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassal; do Meio Ambiente, Marina Silva; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

João Tenório, Paulo Paim (PT-RS) e Augusto Botelho (PT-RR) entendem

que a alta dos preços dos alimentos no mundo tem sido causada pelo aumento da demanda no Brasil, na China e nos países da África. O aumento da renda e do emprego eleva o preço dos alimentos, avaliam.

Tenório disse que, no Brasil, com a renda do Bolsa Família, milhares de brasileiros passaram a comprar mais alimentos.

Já Paim destacou que, além do Bolsa Família, os aumentos do emprego e do salário mínimo, que dobrou o seu valor de compra, provocaram maior consumo de alimentos.

O presidente da subcomissão acrescentou que há ainda outras causas para a

inflação dos alimentos: os preços dos fertilizantes e os subsídios pagos pelos europeus aos seus agricultores. Os fertilizantes, que chegam a 40% do custo do produtor e são controlados por poucas multinacionais, tiveram seus preços triplicados, informou Tenório.

Já os subsídios chegam a representar 80% da renda dos agricultores na Europa e provocam aumento dos preços dos alimentos, segundo Tenório. Augusto Botelho afirmou que, no Brasil, a cana-de-açúcar, principal matéria-prima do biocombustível, não ocupa nem 1% da terra agricultável do país.



Presidente da subcomissão, Tenório critica governos europeus

Osmar Dias propõe melhor uso de pastagens degradadas



"70 milhões de hectares podem migrar de pastagens para grãos"

Osmar Dias (PDT-PR) propôs a formação de um grupo de técnicos para elaborar um programa de aproveitamento de pastagens degradadas para o cultivo de alimentos. O plano, válido por 50 anos, evitaria o comprometimento da produção nacional de biocombustíveis.

O senador discorda do alerta internacional contra o biodiesel e o etanol, por acreditar no potencial agrícola brasileiro. Ele entende que deve ser dada uma resposta aos países europeus que mostre que o incentivo oficial à produção de biocombustíveis não reduzirá a oferta de alimentos. Osmar Dias informou que o Brasil tem 220 milhões de hectares de pastagens e 54,5 milhões de hectares plantados de grãos. Segundo ele, com um melhor manejo de pastagens, o Brasil produziria o mesmo em 150 milhões de hectares.

Alvaro Dias critica complacência do governo com ações do MST



Alvaro Dias: força militar é usada contra quem produz na ordem

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo pela "complacência" com ações ilegais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e questionou a violência militar contra "aqueles que produzem na ordem e na lei, a pretexto de preservação ambiental".

Ele se referiu à recente invasão do MST à ferrovia da siderúrgica Vale do Rio Doce no Pará e à ação militar em Mato Grosso contra agricultores que estariam cultivando em áreas reservadas. Para o senador, o MST afronta a autoridade quando invade ferrovias contra decisão judicial do Supremo Tribunal Federal e ainda consegue que o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, acuse a mídia de "criminalizar demasiadamente" os atos do MST.

— O governo mostra força contra trabalhadores que estão há 30 anos cultivando suas terras — criticou Alvaro.



Senadora pede mais ênfase em transporte por meio de hidrovias

Kátia Abreu cobra investimentos em infra-estrutura

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou que o Brasil precisa investir com urgência em infra-estrutura, sobretudo em transportes. Para ela, embora o país tenha ampliado suas exportações, principalmente no agronegócio, ainda não escoam bem produtos e mercadorias, o que vem acarretando prejuízos para a agricultura e a indústria.

A exploração de hidrovias, na opinião da senadora, poderá reduzir custos. Ela lamentou que o Brasil priorize as rodovias, enquanto Estados Unidos e China investem em hidrovias e ferrovias.

Kátia Abreu criticou ainda a resolução da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre exploração de terminal portuário de uso privativo. Segundo ela, a norma é inconstitucional e prejudica os interessados na construção de portos, pois obriga o investidor a ter mercadoria suficiente que justifique o empreendimento.

— A Suzano pretende gastar R\$ 4 bilhões em dois portos com capacidade para 2,6 milhões de toneladas de celulose/ano e a resolução da Antaq proíbe a empresa de investir, mesmo caso da LLX, que pretende investir US\$ 2 bilhões — apontou.

Mercadante: crescimento foi impulsionado por políticas do governo Lula

Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou as conquistas econômicas do governo Lula. Segundo revelou, em apenas dois anos (2006 e 2007) dos últimos 60, a taxa de crescimento da economia foi maior que o ritmo da inflação.

Ele observou que o produto interno bruto (PIB) cresce a uma taxa de 6% ao ano e o consumo das famílias avança em taxa ainda maior, 8%.

O senador assinalou que a metade mais pobre da população teve a renda aumentada em um terço, o que incrementou o consumo de alimentos, moradia, bens duráveis e crédito.

Mercadante afirmou ainda que a oposição, muitas vezes, tentou deslegitimar as conquistas do governo Lula, qualificando-as como corolário do bom comportamento da

economia mundial. A crise atual da economia americana desqualificaria essas tentativas de deslegitimação.

Ele também elogiou a nova política externa brasileira, que diversificou as exportações para países em desenvolvimento.

Por último, Aloizio Mercadante informou que a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador, realiza audiência pública

com a diretoria do Banco Central (BC), no dia 13 de maio, para discutir a pressão inflacionária e a taxa de câmbio. Outra audiência está agendada para 20 de maio com representantes da Petrobras, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e do Instituto Brasileiro de Petróleo sobre o marco regulatório do petróleo e do gás.



Presidente da CAE agenda debate com presidente do BC para maio

Suplicy comemora 50 anos da entidade Amparo Maternal

O lançamento, em São Paulo, da publicação *Ser mãe é tudo de bom* foi destacado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo o senador, o livro marca os 50 anos de criação da Amparo Maternal, instituição que atende a gestantes na capital paulista. Escrita por diversas mães, a publicação é da editora Matrix, por iniciativa da Diocese de São Paulo.

Suplicy informou que a Amparo Maternal assiste a mulheres de todas as classes econômicas e sociais, que ali recebem cuidados médicos, apoio psicológico e afetivo, abrigo decente e



Suplicy destaca lançamento do livro *Ser mãe é tudo de bom*

alimentação adequada ao longo da gravidez.

Suplicy também prestou homenagem à psiquiatra e sexóloga Gilda Fucs, e ao seu filho, o advogado Ildo Fucs, presentes em Plenário.

do que comentou ontem o jornalista Alexandre Garcia, na TV Globo, a respeito do assassinato da menina Isabella Nardoni.

O senador afirmou que, para solucionar “a crise que vive o Brasil com as crianças”, o Congresso deveria responder aprovando, por exemplo, a proposta que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente (PLS 50/05), de sua autoria, ou a proposta que determina a criação do piso salarial do professor, cuja votação foi adiada ontem na Câmara dos Deputados.

Cristovam pede a criação de agência de proteção à criança

Cristovam: “contra violência, educação”

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a educação como solução para a violência contra as crianças, a exemplo

Paim aplaude decisão judicial baseada no Estatuto do Idoso

A decisão da Justiça Federal que beneficiou uma pessoa com deficiência tendo como base o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) foi comemorada por Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto de lei que originou o estatuto.

O senador informou que o presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU), ministro Gilson Dipp, manteve o acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que concedeu benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, a um deficiente



Paim: deficiente receberá benefício apesar da renda dos pais idosos

cujos pais (maiores de 65 anos) já recebem um salário mínimo cada um.

Segundo Paim, a situação autoriza a exclusão das rendas dos pais idosos do deficiente do cálculo da renda familiar *per capita*.

Proposta assegura às mães que cumprem penas e a seus filhos direitos de serem atendidos em unidades prisionais autônomas por profissionais de saúde e de educação qualificados

CCJ aprova projeto que prevê berçário e creche em penitenciárias femininas

Com base em relatório da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável ao projeto que prevê a existência de berçário, creche e seção para gestante e parturiente nas penitenciárias para mulheres (PLC 105/03). A proposta, já acolhida pelos deputados, segue para análise do Plenário.

O projeto já havia sido deliberado na CCJ em maio de 2004. Mas durante a discussão em Plenário, o então

senador Fernando Bezerra solicitou que a proposta retornasse à CCJ para novo exame, sob o argumento de que poderia ser incompatível com a Constituição e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O item questionado determina que mães e crianças que estejam, respectivamente, na seção para gestante e parturiente e nas creches das penitenciárias sejam atendidas por pessoal qualificado, “de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação

educacional e em unidades autônomas”.

Ao contestar o pedido de reexame, Serys questionou se “só as mães que não cometeram crimes e os filhos destas têm direito a atendimento em hospitais e creches por pessoal qualificado”. Segundo a senadora, a Constituição “não estabelece esse tipo de discriminação”.

O projeto de lei aprovado na CCJ altera os artigos 14, 83 e 89 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84).



Com bom quórum, reunião da CCJ aprovou propostas de 2006 que alteram códigos de Processo Penal e Civil e alteração à Lei de Inelegibilidades

Duas propostas da CPI dos Bingos vão a Plenário

A CCJ aprovou parecer favorável ao projeto que cria recurso contra as decisões de juízes que negarem pedidos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida que vise assegurar direito. De iniciativa da CPI dos Bingos, a proposta determina ainda que, quando houver recurso, o réu não apresentará suas contra-razões. A matéria, que altera o Código de Processo Penal, segue agora para o Plenário.

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), destacou que a hipótese já havia

sido debatida em outras CPIs. Hoje, exemplificou, requerimentos de busca e apreensão ou de interceptação telefônica podem ser feitos por CPI ou pela Polícia Federal.

O relatório final da CPI dos Bingos argumenta que o projeto (PLS 276/06) visa “suprir uma injustificada lacuna em nosso ordenamento jurídico penal e possibilitar maior controle social sobre decisões judiciais monocráticas”.

A CCJ também aprovou parecer de Valter Pereira (PMDB-MS) favorável

ao projeto (PLS 275/06) da CPI dos Bingos determinando que liminares de primeira instância garantindo o funcionamento dos jogos de azar terão efeitos suspensivos enquanto não forem confirmadas em segunda instância.

Foi aprovado ainda parecer favorável, do relator Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a projeto (PLS 323/05) de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que torna inelegíveis, por no mínimo cinco anos, administradores públicos que tiverem contas rejeitadas.

Comissões debatem criação de imposto único para sacoleiros

A CCJ, juntamente com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), realiza na próxima quarta-feira, às 10h, debate sobre a criação de imposto único para os sacoleiros que importam mercadorias, via terrestre, do Paraguai.

A meta do projeto (PLC 27/08) do Poder Executivo é trazer para a legalidade pessoas que diariamente cruzam a Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai, e transportam, irregularmente, mercadorias para venda no país. Foram convidados para a reunião o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e um representante da Feira dos Importados de Brasília, conhecida como Feira do Paraguai.

O projeto, já aprovado pela Câmara, cria o Regime de Tributação Unificada (RTU), que não reduz a carga de tributos para sacoleiros, mas simplifica a cobrança ao unificar os tributos em uma alíquota única, de 42,25%, sobre o preço das mercadorias para quem aderir ao Supersimples.

Projeto que suspendia aumento do IOF é derrubado pelo governo

Apesar da insistência dos senadores de oposição para retirar o projeto de pauta, os parlamentares da base do governo rejeitaram ontem na CCJ o projeto de decreto legislativo (PDL 10/08) que pretendia sustar dois decretos presidenciais que majoram as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). De autoria dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), a proposta teve como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A assinatura dos dois decretos – 6.339/08 e 6.345/08 – em janeiro deste ano teve por objetivo, de acordo com os opositoristas, compensar a perda de arrecadação pelo fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), calculada em R\$ 40 bilhões em 2008.

Na opinião de Alvaro Dias, o governo usou o IOF para aumentar a sua arrecadação, “transformando um instrumento regulador em um instrumento arrecadador”.

Segundo Demostenes Torres, relator da comissão, a medida é “fato inédito no mundo”. As informações devem ser analisadas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal

Geraldo Mesquita



Acompanhados de Tuma e Garibaldi, Magno Malta recebe as informações do diretor do Google Félix Ximenes

CPI recebe dados sigilosos de 3.261 usuários do Orkut

“Este é um momento histórico”, afirmou ontem o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), ao receber do diretor de Comunicações do Google, Félix Ximenes, dados de 3.261 perfis privados de usuários do Orkut suspeitos de armazenar material pedófilo. O pedido de quebra de sigilo das páginas havia sido aprovado pela CPI no início do mês.

Ao classificar a abertura de informações do Orkut como “fato inédito no mundo”, o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), disse que os dados serão analisados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, podendo levar à identificação de até 200 pedófilos que utilizam a internet para o aliciamento de menores.

– Com as informações que recebemos hoje, daremos um grande golpe na rede de pedófilos que atua no país – ressaltou Demostenes.

Entre os dados, estão informações de acesso de usuários do Orkut e imagens dos álbuns fechados, os quais só podem ser visualizados pelo dono da página e por pessoas autorizadas.

Os documentos foram simbolicamente entregues por Magno Malta ao presidente

do Senado, Garibaldi Alves, presente à reunião da CPI. Garibaldi assegurou que dará prioridade à votação dos projetos de combate à pedofilia tão logo cheguem ao Plenário. E asseverou que fará apelo ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para agilizar o exame dessas propostas naquela Casa.

Em reunião ontem, na Procuradoria da República em São Paulo, seria discutido com dirigentes do Google o termo de ajustamento de conduta a ser assinado pela empresa. Desmostenes e Romeu Tuma (PTB-SP) participariam do encontro, juntamente com representantes do Ministério Público, da Polícia Federal e da ONG SaferNet.

Félix Ximenes anunciou a adoção, pelo Google, de novos filtros para impedir a divulgação de material pedófilo pelo Orkut. A ferramenta contará com tecnologia semelhante à usada para reprimir a veiculação de produtos piratas pela rede.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacaram a importância da abertura dos dados. Patrícia Saboya (PDT-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e José Agripino (DEM-RN) também destacaram o trabalho que vem sendo feito pela CPI da Pedofilia.

Mário Couto vai a Santarém pedir abertura de hospital já pronto

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que vai a Santarém (PA), em maio, para protestar contra o governo estadual por manter fechado o hospital regional. Para ele, apesar de pronto há 16 meses, não funciona ainda por ter sido construído no governo anterior.

– Governadora, abra o hospital. A população dos 20 municípios da região não merece isso. O Brasil não aceita esse tipo de politicagem – apelou.

O senador informou que o hospital custou R\$ 95 milhões para atender a região, mas os equipamentos, inclusive para hemodiálise, “estão encaixotados”.

Jucá revela proposta de reajuste para servidores de ex-territórios

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que o governo está fechando uma proposta de reajuste dos militares e bombeiros dos quadros de servidores dos ex-territórios (Amapá, Acre, Rondônia e Roraima) e do ex-Distrito Federal (antigo estado da Guanabara), juntamente com o reajuste dos militares das Forças Armadas.

A equiparação da remuneração daqueles servidores com a dos militares e bombeiros do Distrito Federal – que tiveram aprovada, recentemente, uma gratificação especial – tem sido defendida por vários senadores como Expedito Júnior (PR-RO) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

O fato é histórico, avalia Magno Malta

O senador Magno Malta (PR-ES) comemorou a entrega, à CPI da Pedofilia, de dados de 3.261 usuários do Orkut. Ele avaliou o fato como histórico.

– A Espanha, o Reino Unido e a Inglaterra têm tentado fazer o mesmo, sem conseguir.

De acordo com Magno Malta, os álbuns estão cheios “de pura lama”. O senador afirmou que “os 200 a 300 pedófilos que expõem crianças” estão sem dormir, e assim devem continuar, pois a CPI irá “ao encalço deles onde estiverem”.

Comissão ouve hoje denúncias de bispo do Pará

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, anunciou que integrantes da comissão e agentes da Polícia Federal irão hoje à ilha de Marajó (PA) para ouvir o bispo dom José Luiz Azcona Hermoso e outros dois religiosos sobre denúncias de pedofilia e de exploração sexual de crianças, com o envolvimento de autoridades. De acordo com Magno Malta, os religiosos têm sido ameaçados de morte por terem feito a denúncia.

CAS debaterá depoimento sem dano para a vítima

A realização de audiência sobre a regulação do “depoimento sem dano” (DSD) foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No processo de DSD, evita-se – com o uso de câmaras filmadoras e equipamentos de gravação em audiências – o contato direto entre a vítima e o acusado e a repetição dos depoimentos em processos judiciais sobre crimes sexuais quando a vítima ou a testemunha for criança e adolescente.

O debate foi requerido pela presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), e por Lúcia Vânia (PSDB-GO). Serão discutidas na reunião – a ser realizada em conjunto com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH) – mudanças na legislação processual penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente para a adoção desse tipo de depoimento.

Devem ser convidados para o encontro representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, dos conselhos profissionais e de representações governamentais e não-governamentais a serem definidos.

Foi aprovado requerimento de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que tem como objetivo incluir um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social na lista de convidados para a audiência que debaterá o combate à dengue no município do Rio de Janeiro. Por iniciativa de Patrícia Saboya, também será incluído na lista o secretário nacional da Juventude, Luiz Roberto de Souza Cury. A reunião visa avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas para a capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.

J. Freitas



Paim e Lúcia Vânia concordam em evitar contato entre acusado e vítima

Aprovado projeto que regulamenta a musicoterapia

A CAS aprovou o projeto que regulamenta a profissão de musicoterapeuta, cuja relatora foi Lúcia Vânia (PSDB-GO). A proposta define o musicoterapeuta como o profissional que utiliza a música e seus elementos como som, ritmo, melodia e harmonia para prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas. O projeto (PLC 25/05), já aprovado na Câmara, ainda será votado pelo Plenário.

Pela proposta, poderá exercer a profissão quem tiver diploma de nível superior em musicoterapia expedido por instituição reconhecida pelo governo federal; diploma de escola

estrangeira, desde que revalidado no país; ou diploma de nível superior em outra área, mas que tenha exercido a atividade, comprovadamente, por cinco anos.

Lúcia Vânia ressaltou “o grande potencial que a música possui para desenvolver e restaurar funções do indivíduo, contribuindo, decisivamente, para que ele alcance uma melhor qualidade de vida”. A senadora enfatizou que a Universidade Federal de Goiás, por enquanto, é a única instituição federal que oferece o curso de musicoterapia. Ela previu, no entanto, que a aprovação do projeto fará com que o curso seja criado em outras universidades.